

A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.

Camila Camargo Ferreira^{1*}, Márcio Mucedula Aguiar²

1. Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
2. Docente do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da UFGD e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da UFGD.

Resumo:

Este trabalho busca apresentar os resultados de uma pesquisa documental realizada entre agosto de 2015 e agosto de 2016. Tendo em vista a proposta de desnaturalização dos fenômenos e desigualdades sociais presente no currículo escolar da disciplina de Sociologia no ensino médio, buscou-se compreender em que medida a disciplina pode contribuir com a desconstrução dos significados e representações associadas aos sujeitos marcados pela hierarquização das diferenças de gênero, raça e etnia. Essa tentativa de compreensão foi feita a partir dos manuais didáticos de Sociologia, que carregam em suas páginas, de certa forma, a feição que é dada ao conhecimento sociológico escolar. Desse modo, o objetivo da pesquisa foi identificar como os materiais didáticos de Sociologia adotados pelos/as professores/as da disciplina no ensino médio de quatro escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, localizadas em Dourados – MS, abordam as diferenças de gênero, raça e etnia.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Manuais didáticos; Diferença.

Apoio financeiro: Universidade Federal da Grande Dourados.

Introdução:

O emprego do termo “Outro” nessa pesquisa é utilizado para se referir aos sujeitos marcados pela hierarquização das diferenças de gênero e étnico-raciais. Avtar Brah (2006, p. 263) aponta que a diferença pode ser pensada como uma relação social e, como tal, sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos e formações estruturadas. ” (BRAH, 2006, p.

263). Nessa perspectiva, pensar a diferença como uma relação social implica destacar os sistemas de significação e representação que atuam na construção dos diversos modos de diferenciação e quais as relações instituídas a partir da marcação da diferença. Nesse sentido, é essencial enfrentar as questões de que matrizes ideológicas ou campos de significação e representação estão em jogo na formação de sujeitos diferentes, e quais são os processos econômicos, políticos e culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis. ” (BRAH, 2006, p.263)

Hall (2009) destaca que as lutas pelo poder são também, lutas simbólicas e, nesse sentido, envolvem a disputa acerca dos significados e sentidos das diferentes formas e experiências de ver e estar no mundo. Tendo em vista que as diferenças de gênero, raça e etnia não escapam dessas lutas, envolvendo a disputa sobre os significados da diferença, é importante investigar como essas diferenças são abordadas pelos currículos escolares. O currículo escolar é um espaço privilegiado dessas lutas, pois atua na construção e transmissão do saber, dessa forma, contribui para a produção e reprodução dos significados e representações elaborados socialmente.

O ensino de Sociologia, desde a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio, tem provocado debates sobre suas potencialidades, limitações e desafios. O currículo da disciplina de Sociologia visa contribuir com a desnaturalização da realidade social e com o questionamento as desigualdades sociais. Tendo isso em vista, o objetivo dessa pesquisa foi investigar em que medida o currículo da disciplina de Sociologia no ensino médio contribui com a construção e/ou a desconstrução do “Outro”, ou seja, com a desnaturalização e/ou reprodução dos significados e representações associadas às diferenças de gênero e étnico-raciais.

Metodologia:

Esse trabalho é fruto das experiências e contato com a realidade escolar proporcionado pelo Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). Busca apresentar os resultados de uma pesquisa documental, cujo objetivo, como já assinalado, foi compreender como o ensino de sociologia tem abordado as diferenças de gênero e étnico-raciais, bem como suas potencialidades e desafios nos processos de construção e desconstrução do “Outro”.

Nesse sentido, tomaram-se como objetos de investigação os manuais didáticos adotados pelas/os professoras/es e alunas/os no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Sociologia no Ensino Médio das escolas participantes do PIBID de Sociologia da UFGD e os documentos que estabelecem as bases legais e o currículo da disciplina na Educação Básica. Entende-se que tanto os manuais didáticos como os documentos que orientam a disciplina traduzem, de certo modo, a feição da Sociologia que vai às salas de aula do ensino médio. Os documentos analisados foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº 9.394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 2000), as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006) e o Guia Nacional de Livro Didático de Sociologia (2014) do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Através da análise desses documentos buscou-se compreender os objetivos e o caráter que é dado a disciplina de sociologia no ensino médio.

O PIBID de Sociologia da UFGD desenvolve atividades em quatro escolas estaduais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados-Ms. Dessas, três adotam o manual *Sociologia em Movimento* (SILVA et al., 2013) e uma o manual *Sociologia Hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013). Sendo que uma delas adota no turno matutino o livro *Sociologia em Movimento* e no turno vespertino o livro *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZZI, 2010), da primeira edição do PNLD, tal situação ocorre em razão da falta de exemplares do livro adotado no período matutino. Essa falta se justifica porque o número de livros solicitados estava de acordo com o número de alunos matriculados em 2014, com o aumento de matrículas em 2015 a quantidade de livros solicitados não atendeu a demanda, ficando as turmas do período vespertino com os manuais do PNLD de 2012, que já estavam disponíveis na escola. Devido ao fato de a maioria das escolas em que o PIBID atua adotarem a obra

Sociologia em Movimento, optou-se pela análise dessa obra. A pesquisa com esse manual foi desenvolvida a partir da leitura do seus conteúdos, textos, imagens e silêncios sobre determinados temas, a partir do que buscamos identificar e analisar os conteúdos relacionados às diferenças de gênero, raça e etnia.

Resultados e Discussão:

A sociologia presente no manual *Sociologia em movimento* faz jus ao título em alguns momentos da obra, se tratando de um conhecimento dinâmico, atento aos pormenores da vida social e dos problemas contemporâneos e preocupado com a transformação de alguns aspectos da realidade. Entretanto, em alguns capítulos que a compõem, é possível se deparar com uma sociologia nada em movimento, mas presa à mera repetição de categorias e conceitos do saber sociológico acadêmico. Em outros momentos ainda, é possível perceber a tentativa de relacionar a categorias e conceitos das diversas teorias sociológicas com elementos do cotidiano urbano-contemporâneo. Essas nuances podem ser explicadas pelo fato do livro ter sido escrito por várias mãos: foram seis autoras e treze autores os responsáveis por sua elaboração.

O manual se organiza em torno de temas e questões consagradas pelas Ciências Sociais, como a sociologia dos três clássicos, Marx, Weber e Durkheim, a relação entre indivíduo e sociedade, trabalho e sociedade, estratificação social e desigualdades sociais, cultura e ideologia, poder, política e Estado, processo de socialização, instituições sociais etc. Há no manual, também, temas e abordagens relacionados a questões contemporâneas como globalização, mídias digitais, internet, redes sociais, meio ambiente, espaço urbano, movimentos sociais. Com relação às abordagens sobre as diferenças de raça, gênero e etnia, há dois capítulos que tratam especificamente raça e gênero, *Raça, etnia e multiculturalismo* e *Gênero e sexualidade*, respectivamente. A temática indígena aparece em alguns capítulos através de sugestões de pesquisa e de exemplos, mas de modo geral, pode-se dizer que há ausências significativas no manual. As meras menções na obra não dão conta da complexidade da temática indígena brasileira, que não pode faltar no currículo de uma disciplina cujo projeto é o compromisso com a desnaturalização da realidade social e questionamento das desigualdades sociais.

As diferenças de gênero e raça são abordadas em capítulos específicos e são explicadas a partir de teorias e conceitos ligados ao tema. Esses capítulos trazem elementos importantes para a discussão de como as diferenças de gênero e raça são elaboradas e construídas socialmente. O mesmo não se pode dizer com relação à temática indígena, que não aparece no manual, a não ser a título de exemplos ou sugestões de trabalho e pesquisa. No caso da temática étnico-racial, a discussão mobilizada pelo capítulo *Raça, etnia e multiculturalismo* oferece importantes elementos sobre o racismo no Brasil, de modo que esse capítulo se estrutura em torno da tentativa de explicar as origens e permanências do racismo, atrelada à perspectiva do “respeito e aceitação da diversidade”. Há a ausência da problematização em torno do conceito de raça e do sistema de cotas.

Já o capítulo *Gênero e sexualidade* mobiliza uma rica discussão sobre as relações de gênero. O capítulo discute dados sobre as desigualdades salariais no mundo do trabalho entre mulheres e homens, sobre a participação feminina na política, sobre a violência doméstica, abordando homofobia e a transfobia, os movimentos de luta por direitos e igualdade das mulheres e dos coletivos LGBT.

É interessante destacar que quase não aparecem referências brasileiras ou latino-americanas nesse capítulo. No geral, as questões de gênero são abordadas através do debate feminista e *queer* euro-norte-americano, com a clara separação entre teoria feminista e teoria *queer*: mulheres para um lado, homossexuais e transexuais para outro. Faltam informações sobre os vários movimentos feministas contemporâneos, que não são citados nesse capítulo e nem no capítulo *Movimentos Sociais*, que tem uma abordagem mais teórica-conceitual dos movimentos sociais.

A análise do manual mostrou que o ensino de sociologia, mesmo que com suas limitações, tem muito a contribuir a esse respeito. Os conteúdos e temas trabalhados pelo manual mobilizam uma sociologia preocupada com a compreensão dos fenômenos da vida social, ainda que mais voltada à vida e questões urbanas. Em alguns momentos, uma sociologia mais preocupada com a explicação de conceitos, em outros, uma sociologia preocupada com a mudança e transformação social. Mas, no geral, uma sociologia que procura explicar como se dá a

construção e elaboração da realidade social, buscando romper com as naturalizações dos fenômenos e desigualdades sociais.

Entretanto, o desafio de construir um currículo voltado para a diferença que ultrapasse a perspectiva da diversidade e coloque em questão o modo pelo qual as diferenças são produzidas fica no horizonte da sociologia escolar.

Conclusões:

A partir da análise do manual *Sociologia em movimento*, podemos perceber que a disciplina de sociologia na escola se mostra um campo fértil para desconstruir e desestabilizar a hierarquização da diferença. Desse modo, sua potencialidade está para além de preparar os alunos e alunas para o exercício da cidadania, tema que parece muito vago e generalizado, sem expressar o que realmente se concebe como exercício da cidadania. A sociologia na escola pode contribuir, essencialmente, com a compreensão da vida social, o questionamento das opressões e desigualdades sociais. Essa ênfase no questionamento e desnaturalização da realidade social de que tanto se discute é dada pela possibilidade de mudança que a compreensão dos fenômenos sociais pode oportunizar.

Gayle Rubin (2003), em uma entrevista à Judith Butler, sugere que a compreensão de que a realidade é construída socialmente não conduz necessariamente à mudança social. No caso do ensino de Sociologia é possível pensar que, de fato, a mera compreensão dos fenômenos não conduz à transformação alguma. Ainda mais se tratando de uma compreensão elaborada a partir um saber localizado no espaço-tempo euro-norte-americano, como é possível perceber nas páginas do manual.

É nesse sentido que Pelúcio (2012) destaca que para pensar nossa realidade peculiar é necessário construirmos nossas próprias ferramentas conceituais e teóricas. O desafio da sociologia escolar parece ser abordar a nossa realidade social através de nossas próprias categorias, teorias e conceitos – e não só da sociologia escolar, como da ciência social acadêmica também. Há tentativas no manual analisado de apresentar teorias e conceitos mais voltados à nossa realidade específica, citando autores e autoras brasileiras e em alguns casos até latino-americanos/as, mas são esporádicas ou a título de exemplos, alocadas na sessão *Saiba mais*

do manual, parte que busca introduzir informações complementares ao tema dos capítulos.

Mesmo diante disso, tratando especificamente de como são abordadas no manual as diferenças de raça e de gênero, é difícil acreditar que a compreensão de como variadas formas de opressão e desigualdades são produzidas em torno dessas diferenças não produza pelo menos inquietações nos alunos e nas alunas. Dentre as potencialidades do conhecimento sociológico escolar está o de produzir estranhamento e inquietação frente à realidade social. É nessas potencialidades que residem as possibilidades de compreensão de fenômenos sociais. Essa compreensão, ainda que não conduza necessariamente à transformação social, pode, entretanto, tornar consciente a reprodução de mecanismos específicos que contribuam para a manutenção de assimetrias específicas de poder.

A análise do manual didático lança, assim, importantes elementos para pensar como o ensino de sociologia tem sido construído e seus desafios. O livro didático não esgota em si as possibilidades e potencialidades do ensino de sociologia na educação básica, consideramo-lo como um instrumento do processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Sociologia. Como tal, não é um elemento fixo, fechado em si mesmo, estando sujeito as formas como é utilizado em sala de aula pelos professores e professoras, alunas e alunos, a questionamentos e interpretações diversas. É importante, assim, investigar a relação professor(a)-aluno(a)-livro e pensar as possibilidades e desafios dos materiais didáticos a partir do olhar dos alunos (as) e professores (as).

Tendo isso em vista, não se objetivou uma análise dicotômica que aponte se o manual contribui ou não para a desconstrução do “Outro”. Mas, ao contrário, buscamos perceber em suas páginas os possíveis diálogos e reflexões que o conhecimento sociológico escolar pode proporcionar para o questionamento e desnaturalização das relações baseadas nas diferenças de raça, etnia e gênero.

Diante disso, restam algumas inquietações quanto ao futuro da disciplina no Brasil, dado que é recente sua reinserção no currículo e que ainda se encontra na fase de institucionalização. Cabe um intenso diálogo entre os professores da disciplina, entre escola

e universidade, que promova reflexões sobre os desafios da disciplina nessa fase. Nesse ponto, o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) tem muito a contribuir, uma vez que pode proporcionar esse diálogo e se constituir não só como um espaço de iniciação à docência, como preparação para a sala de aula, mas como um espaço de reflexão sobre o campo disciplinar do conhecimento sociológico na Educação Básica.

Referências bibliográficas

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cad. Pagu [online], n.26, pp. 329-376, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Conhecimentos de Sociologia. In: *Orientações curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Guia de livros didáticos – PNLD 2015: Sociologia. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2014.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Thomaz T. da. (org.) 9, ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACHADO, Igor J. de R. AMORIM, Henrique. BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia Hoje*. 1. ed. – São Paulo: Editora Ática, 2013.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Revista Contemporânea*, v. 02, n. 02, pp. 395-418, jul/dez, 2012.

RUBIN, Gayle. Butler, Judith. *Tráfico sexual – entrevista*. Cad. Pagu [online], n.21, 2003, pp.157-209.

SILVA et al. *Sociologia em movimento*. Componente curricular: Sociologia. 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2013.

TOMAZZI, Nelson D. *Sociologia para o ensino médio*. 2. ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2010.